



ISSN: 1988-2483  
<https://doi.org/10.51896/oidles>

# OIDLES. DESARROLLO LOCAL Y ECONOMÍA SOCIAL

D I C E latindex EconPapers IDEAS Dialnet InDICES CSIC Sucupira

## A REORGANIZAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA GLOBALIZADA

Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra  
Doutora em Sociologia pelo PPGSOC- UFPA.  
Mestre em Sociologia e Antropologia pelo PPGCS – UFMA.  
Pós-doutoranda em Ciências Ambientais no IEE-USP  
[raissa.musarra@usp.br](mailto:raissa.musarra@usp.br)

Erik Chiconelli Gomes  
Doutorando em História Econômica no PPGHE-USP.  
Mestre em História Econômica PPGHE-USP  
[erik.cg@gmail.com](mailto:erik.cg@gmail.com)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra y Erik Chiconelli Gomes: “A reorganização do estado na economia globalizada”, Revista OIDLES, Vol 15 Nº 30 (junio 2021). En línea:  
<https://www.eumed.net/es/revistas/oidles/vol-15-no-30-junio-2021/economia-globalizada>

**Resumo:** O presente trabalho tem como escopo analisar as transformações sofridas pelo Estado ao longo do Século XX, com recorte histórico com marco inicial no ano de 1914, com o objetivo de expor o Estado como uma estrutura universal que haverá de permanecer em transformação e destacar suas etapas de declínio e desenvolvimento, procurando englobar os mais variados fatores que compuseram a atual configuração do que se entende por Estado no mundo globalizado. A metodologia utilizada é a analítico-dedutiva com técnica de pesquisa teórico-bibliográfica, descrevendo aportes teóricos sobre a primeira guerra mundial e seus reflexos nos estados-nação, sobre a revolução russa e o totalitarismo, sobre a segunda guerra mundial e a guerra fria, sobre a chamada era de ouro e suas conseqüentes mudanças sociais e culturais, destacando a configuração dos estados-nação no final do século XX com a crise do socialismo real e democratização do estado europeu os cenários no fim do século, apontando, à guisa de conclusão, a orientação pela reorganização do Estado frente ao policentrismo na economia globalizada.

**Palavras-chave:** Estado; Estado-Nação; Democracia; Estado Globalizado; Reorganização do Estado.

## STATE REORGANIZATION IN THE GLOBALIZED ECONOMY

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze the transformations undergone by the State during the 20th Century, with a historical outline with an initial landmark in the year 1914, with the objective of exporting the State as a universal structure that will remain in transformation and highlight its stages

of decline and development, seeking to encompass the most varied factors that made up the current configuration of what is meant by the State in the globalized world. The methodology used is the analytical-deductive with theoretical-bibliographic research technique, describing theoretical contributions about the first world war and its reflexes in the nation-states, about the Russian revolution and totalitarianism, about the second world war and the cold war, on the so-called golden age and its consequent social and cultural changes, highlighting the configuration of nation-states at the end of the 20th century with the crisis of real socialism and the democratization of the European state, the scenarios at the end of the century, by way of conclusion, the orientation towards the reorganization of the State in the face of polycentrism in the globalized economy.

**Keywords:** State; Nation-State; Democracy; Globalized State; State Reorganization.

## **REORGANIZACIÓN ESTATAL EN LA ECONOMÍA GLOBALIZADA**

**Resumen:** El presente trabajo tiene como objetivo analizar las transformaciones sufridas por el Estado durante el siglo XX, con un trazo histórico con un hito inicial en el año 1914, con el objetivo de exportar al Estado como estructura universal que permanecerá en transformación y resaltar sus etapas de decadencia y desarrollo, buscando englobar los más variados factores que configuraron la configuración actual de lo que se entiende por Estado en el mundo globalizado. La metodología utilizada es la técnica analítico-deductiva con investigación teórico-bibliográfica, describiendo aportes teóricos sobre la primera guerra mundial y sus reflejos en los estados-nación, sobre la revolución rusa y el totalitarismo, sobre la segunda guerra mundial y la guerra fría, sobre la llamada edad de oro y sus consiguientes cambios sociales y culturales, destacando la configuración de los estados-nación a finales del siglo XX con la crisis del socialismo real y la democratización del estado europeo, los escenarios de finales de siglo, e, como conclusión, la orientación hacia la reorganización del Estado frente al poli centrismo en la economía globalizada.

**Palabras clave:** Estado; Estado nacional; Democracia; Estado globalizado; Reorganización estatal.

### **1. INTRODUÇÃO**

O recorte histórico apontado tem marco inicial no ano de 1914, não sendo por isso descartada a alusão aos Séculos anteriores, especialmente no que tange ao Estado Moderno e ao atual quadro de concepção de Estado Democrático de Direito, apontando a Supremacia Moral delineada por Rousseau, na tentativa de expor o Estado, não apenas como acepção política do vocábulo, já que a mesma deriva dos séculos XV-XVI, uma nação politicamente organizada, uma coletividade para fins de governo, mas também como uma estrutura universal que haverá de permanecer em transformação.

### **2. Primeira guerra mundial e seus reflexos nos estados-nação**

O século XX começa em meio a resquícios deixados pelo imperialismo, num momento de desfacelamento do brilhantismo alcançado pelo século da Renascença ao século XIX no tocante à priorização pelo aperfeiçoamento das leis e dos Poderes que os Estados-Nação detinham, o Estado Moderno caracterizou-se pela burocratização como um dos processos básicos da sociedade moderna, mas também, historicamente, por haver sido o instrumento chave de que se valeu o absolutismo monárquico para estabelecer a soberania interna (Mirador, 1987).

O marco inicial da reflexão travada ora analisada é o ano de 1914, período da eclosão da Primeira Guerra Mundial, onde o que se buscava pelos Estados era a soberania externa, em relação à territorialidade. A interdependência econômica, a existência de um sistema mundial de comunicações, a guerra aérea e a possibilidade da guerra nuclear completam as consequências de uma transformação no próprio caráter da guerra, iniciada com a primeira guerra mundial, em sua relação com as bases territoriais do poder.

Uma Guerra que dividiu o Mundo de forma a desestabilizar os critérios adotados pelos Estados-Nação de autonomia absoluta, ou seja, deu aos países a saída de formação de alianças para a consecução dos fins comuns, já que havia ameaça pela corrida armamentista e pela autocracia na busca do chamado Imperialismo Econômico (Mirador, 1987).

Porém, a conhecida Grande Guerra causou o colapso de quatro grandes impérios e mudou de forma radical o mapa geopolítico da Europa e do Oriente Médio. Marcou então a derrubada do Absolutismo Monárquico na Europa. Segundo Hobsbawn (1995, p. 23):

Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente. Trouxera o declínio e queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e civilização ocidental quando o século começou. As grandes potências de 1914, todas européias, haviam desaparecido, como a URSS, herdeira da Rússia czarista, ou sido reduzidas a um *status* regional ou provincial, com a possível exceção da Alemanha.

Ainda sobre a caracterização da civilização no período pré-guerra, prega o mesmo autor (1995, p.16) que:

Anteriormente à guerra a civilização ocidental tratava-se de uma civilização capitalista na economia, liberal na estrutura legal e constitucional, burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica, exultante com o avanço da ciência, do conhecimento, e da educação e também com o progresso material e moral.

Revelando o clima das potências imperialistas, Sader (2000, p. 23) resume o começo do século XX da seguinte forma:

O século XX se abria sob a égide da luta imperialista, marca da nova fase histórica do capitalismo, característica que, de uma ou outra forma, se estenderá ao longo de todo o século. A ponto de que quem quiser calar-se sobre o fenômeno do imperialismo deverá calar-se sobre o século XX.

## 2.1. Revolução russa e totalitarismo

A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial multiplicou as tensões no interior da sociedade russa e possibilitou o nascimento de uma nova e forte onda revolucionária e com a adoção dos planos quinquenais a URSS se tornou uma grande potência. Hobsbawn (1995, p.14) se refere à Revolução Russa da seguinte forma “O mundo que se esfacelou no fim da década de 1910 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917”. Já que esta foi a causadora do temor do avanço da Ideologia Socialista, que representava a ameaça ao domínio Norte-Americano.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, um conflito inimaginável até então e que ceifa a vida de mais de 19 milhões de pessoas, levado a cabo pelas potências imperialistas em busca de mercados para o escoamento de seus produtos industrializados e a obtenção de matérias-primas (Mirador, 1987), fica claro que o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que idealizaram os pensadores do liberalismo clássico, não promove a distribuição da riqueza, nem possibilita a realização da justiça social, pelo contrário, resulta necessariamente na concentração e na monopolização cada vez maior do capital.

No início do século XX, são realizadas revoluções com o intuito de reverter esta tendência econômica por meio da tomada do poder político do Estado. É nesta época que surgem as primeiras Constituições no Ocidente que asseguram o acesso a direitos sociais, uma no México em 1917 e outra na Alemanha em 1919. É interessante perceber que esses documentos são elaborados após dois processos revolucionários intensos que, embora sejam derrotados posteriormente, levam o Estado a reconhecer, à força é preciso dizer, a necessidade da proteção jurídica de condições mínimas de sobrevivência.

Por outro lado, a Revolução Russa em outubro de 1917, a mais radical das insurreições, além de se caracterizar como resposta às tendências de pauperização e de expropriação das condições materiais de vida dos trabalhadores, procurará não apenas humanizar o capitalismo, mas sim modificar a própria forma de sociabilidade, fazendo uma tentativa de transição para uma sociedade socialista.

A eclosão e o sucesso imediato dessa revolução irão colocar o problema da legitimação da ordem social sob a regência do capitalismo no centro das preocupações das nações imperialistas.

Assim, percebe-se finalmente que a questão do acesso aos meios de subsistência, por ser uma necessidade biológica ineliminável, era capaz de trazer sérias repercussões para a estabilidade e regularidade da reprodução social e, portanto, não podia ficar à mercê da caridade eventual, sob pena de comprometer a “pacífica” exploração do trabalho e a apropriação da mais-valia. Principalmente, pelo fato de a reprodução da sociedade gerar necessariamente pauperização e concentração de renda, e a práxis cotidiana nesta forma de sociabilidade promover e reforçar valores como o individualismo, a competição e a responsabilidade pessoal. Era necessário proteger o capitalismo de si mesmo.

Os Estados Unidos saíram da guerra prestigiados e enriquecidos, prosperando o estilo americano de vida que consistia em consumo desenfreado. Porém, apesar da euforia reinante, a partir de 1925, configurou-se a superprodução que culminou com a quebra da Bolsa de Nova-Iorque, já que os países começavam a se reestruturar no pós-guerra (Mirador, 1987). Eis que entra em cena o intervencionismo econômico com medidas como o *New Deal*, que possibilitaram um novo crescimento.

As democracias liberais, em diversas partes do mundo, desmoronaram e o regime totalitário acabou ganhando espaço, especialmente pelo princípio básico de que levasse em conta o que fosse favorável ao Estado e não ao indivíduo, com forte tendência expansionista, experiências como a da Alemanha (que com o Tratado de Versalhes já criara este sentimento desde o fim da Primeira Guerra), Itália e Espanha, que amedrontaram o resto do mundo. Pois eram baseadas na supressão

das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias liberais, socialistas e comunistas (Hobsbawn, 1995).

O medo do avanço do Totalitarismo no Pós-Guerra chegou, de certa forma a desencadear um período de “união” entre os EUA e a Rússia, para que juntos, pudessem impedi-lo, conforme observa Hobsbawn (1995, p. 17) “De muitas maneiras, esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo – sobretudo as décadas de 1930 e 1940 – constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo”.

Nesta conjuntura, surgirá a figura polêmica do liberal convicto John Maynard Keynes, com sua obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936, o qual irá propor uma modificação nas funções econômicas desempenhadas pelo Estado, a fim de recuperar as nações imperialistas dos efeitos trágicos da 1ª Guerra Mundial e da crise de 1929. É importante assinalar que sua principal intenção é propor saídas da crise que não destruam os pilares estruturais do capitalismo, ou seja, a propriedade privada, a exploração do trabalho e o Estado.

O ponto de partida de sua análise é o processo de produção.

Segundo seu raciocínio, em determinado período, uma empresa produz certa quantidade de mercadorias, a partir do investimento de um montante de capital. O capitalista espera que, após o pagamento dos custos da produção, este esforço lhe assegure determinada quantidade de lucro. Entretanto, o que representa custo para a empresa - como a aquisição de matéria-prima, de instrumentos de produção e de força de trabalho -, significa salário para o trabalhador e renda para outras empresas.

Para que a classe dos capitalistas efetivamente venda tudo o que foi produzido, portanto, é necessário que toda a renda transferida para a sociedade - sob a forma de pagamento pelos custos da produção - seja retornada aos capitalistas, ou seja, é necessário que os indivíduos gastem toda a renda que lhes foi transferida no processo de produção. Essa é a única forma de manter os lucros elevados e instigar o capitalista a produzir a mesma quantidade de mercadorias ou um número mais elevado no próximo ciclo produtivo.

A este fluxo de dinheiro das empresas para a sociedade e da sociedade para as empresas, Keynes denominou de fluxo circular.

Todavia, ele percebeu que esse processo não se reproduz de forma independente, sem a interferência de outros fatores, por conta da existência de três “vazamentos” de capital: uma parte das rendas transferidas ao público é poupada; outra, é utilizada na aquisição de bens estrangeiros e, portanto, não retorna ao capitalista nacional; por fim, a última parcela é transferida ao Estado por meio das receitas tributárias.

Assim, ao contrário do liberalismo clássico, ele identifica que a economia, além de não ser uma ciência natural, não é autorregulável, já que as escolhas individuais realizadas pelas pessoas – entre investir, poupar e comprar - podem gerar crises, conforme Behring & Boschetti (2006).

Afirma, por exemplo, que os empresários só investem em negócios que lhes assegurem um retorno mais imediato de capital, bem como não possuem uma visão global do conjunto da economia e da sociedade, o que faz com que suas atitudes imediatistas e individualistas possam gerar instabilidade, recessão e desemprego.

Para manter o equilíbrio econômico do ciclo produtivo e, por conseguinte, manter o processo de acumulação capitalista e a realização da mais-valia no mercado, Keynes sugere três medidas: compensar as importações com as exportações; utilizar o dinheiro entesourado nas poupanças para o financiamento da produção, mediante a concessão de empréstimos bancários aos capitalistas; e, por fim, destinar a receita tributária transferida ao Estado para o financiamento da aquisição de bens e serviços.

Em suma, ele sustenta que o Estado deve intervir na economia com o propósito de criar uma demanda efetiva, ou seja, assegurar meios de pagamento para bens e serviços, elevando o nível da taxa de lucro dos capitalistas e, conseqüentemente, dando-lhes garantias de retorno para seus investimentos.

Depreende-se de sua análise que o sistema capitalista não pode manter seu funcionamento de forma adequada a partir do entesouramento crescente da riqueza produzida. Assim, a alocação do capital no processo de acumulação de forma contínua e crescente é essencial para a reprodução do capitalismo (Hunt,1981).

Para que seja viabilizada a operacionalidade desse sistema, deverá ser instituída uma planificação indicativa da economia, bem como o Estado necessitará intervir na relação entre capital e trabalho, a fim de garantir uma política salarial e o controle dos preços no mercado. Ademais, deverão ser distribuídos subsídios fiscais aos investidores e garantido o acesso ao crédito para os consumidores e produtores, tudo para induzir a intensificação da atividade econômica, mediante a expiação de práticas nocivas à reprodução do sistema capitalista, como o entesouramento, o subconsumo e o subemprego dos meios de produção. Por fim, deverão ser instituídas políticas fiscais e sociais, com o propósito de criar e aumentar o poder aquisitivo das pessoas (Hunt, 1981).

### **2.3. A segunda guerra mundial e a guerra fria**

A Segunda Grande Guerra pode ser dividida em duas grandes fases, a primeira, caracterizada por uma rápida expansão, assinalada por importantes conquistas das forças do Eixo (Roma-Berlim – Tóquio, Tóquio aqui justificada pelo desenvolvimento do Japão e sua aliança em um primeiro momento de suma importância) e a segunda, caracterizada pela contra-ofensiva bem sucedida dos Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e seus aliados. O fim da Guerra foi marcado pela derrota dos Alemães pela URSS e pelo uso da bomba atômica dos EUA sobre o Japão, ambos se renderam em 1945.

Com essa nova estruturação os dois Estados mais fortes tornaram-se potências armadas com interesses opostos a URSS anti-imperialista e anti-facista, e os Estados Unidos imperialista e anti-democrático, estes últimos elaboraram uma nova doutrina: a Doutrina da Segurança Nacional. Os Estados Unidos tinham agora seus interesses e suas bases militares espalhadas por todos os continentes, momento em que estrategicamente anunciou o Plano Marshal para fornecer ajuda econômica aos países capitalistas da Europa exauridos pela Segunda Guerra mundial (Hobsbawn, 1995). Eram uma potência global e seu único rival era o movimento comunista que tinha sede em Moscou, e manifestava ambições expansionistas (Hobsbawn, 1995). Segundo o autor, o marxismo,

para os estrategistas do Pentágono, nada mais era do que o pretexto para o seu domínio do russo do mundo.

Neste mesmo momento ocorria a criação da ONU, com a tarefa de preservar a paz. Acelerou-se a descolonização da África e da Ásia, mas em muitos casos os novos países juntaram etnias rivais, o que inviabilizou seu desenvolvimento. A libertação da Índia e do Paquistão, em 1947, estimulou a independência de outros países asiáticos, mas também semeou o germe de conflitos como a Guerra da Coreia, do Vietnã e as guerras entre árabes e judeus. Acerca disso, reflete Hobsbawm (1995, p. 23): “Durante o século XX as guerras têm sido, cada vez mais, travadas contra economia e infra-estrutura de Estados e contra suas populações civis.”

### 3. A era de ouro e as mudanças sociais e culturais

A Era de ouro foi caracterizada Segundo Hobsbawm (1995, p. 15) como período em que:

seguiram-se em cerca de 25 ou 30 anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana do que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970.

Este foi o único período em que o século foi visto de maneira a configurar-se como uma “era de progresso humano”, por ter sido marcado por diversas guerras e posteriormente pelas complicações das atividades transacionais.

É na conjuntura internacional do pós-guerra que surgirão as experiências mais significativas de Estados Sociais. De fato, embora as primeiras Constituições que assegurem direitos sociais remontem à segunda década do século XX, essas experiências foram embrionárias e não duraram por longo tempo e não se comparam com o nível de ampliação e concretização dos direitos sociais após a segunda guerra mundial.

Nessa época, formaram-se as bases nas quais segundo Hobsbawm (1995, p. 536) “as triunfantes estruturas da pesquisa e da teoria científica se erguiam, e pelas qual o séc. XX não será lembrado basicamente, como uma era de tragédia humana”. Foi a partir deste momento que os Estados-Nação imaginaram ter recuperado seu equilíbrio, já que ocorreram impactos extraordinários da transformação econômica, social e cultural, decorrente, a maior e mais rápida e fundamental da história registrada.

Destaca ainda Hobsbawm (1995, p. 18) que:

as mudanças dele decorridas para todo o planeta foram tão profundas quanto irreversíveis [...] convém lembrar que o impacto maior e mais duradouro dos regimes inspirados pela Revolução de Outubro foi a grande aceleração da modernização de países agrários atrasados. Na verdade, neste aspecto suas grandes realizações coincidiram com a Era de Ouro capitalista.

Após este período houve o colapso do socialismo, resultando em uma economia mundial praticamente única que começara a confrontar as barreiras de ideologia do Estado. Pois o período foi apenas de soluções temporárias e não continuou no decorrer do século. Diz o referido autor (1995, p. 549):

A Era de Ouro, foi basicamente o grande salto avante das economias de mercado desenvolvidas [...] a globalização e redistribuição da produção continuariam a trazer

para economia global o resto dos 6 bilhões de pessoas do mundo. Mesmo pessimistas congênitos tinham de admitir que eram uma perspectiva encorajadora para os negócios.

Para ele (1995), a crise gerada com o colapso do socialismo soviético que seguiram à Era de Ouro ensejaria décadas de crise universal, que afetou várias partes do mundo quais fossem, suas configurações políticas, sociais e econômicas. Na década de 80 e início da década de 90 voltou-se ao período de desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigo sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas limitadas de Estado. Esse colapso pode assinalar o fim do breve séc. 20, como a Primeira Guerra Mundial pode assinalar o seu início.

Hobsbawn (1995, p. 20), afirma ainda que:

Mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais era a crise social e moral, refletindo as transformações pós-década de 1950 da vida humana, que também encontrara expressão generalizada, embora confusa, dessas décadas de crise. Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiavam a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do séc. XVIII: Uma Crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo.

#### **4. A configuração dos estados-nação no final do século XX**

Hobsbawn (1995, p. 562), define a configuração do mundo atual como: “Um mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos”.

##### **4.1. Crise do socialismo real e democratização do estado europeu**

O século XX assistiu à expansão do socialismo real (Revolução Chinesa e Revolução Cubana, por exemplo e, posteriormente, à crise desse sistema, com a extinção da URSS e a democratização do Leste Europeu. Os problemas econômicos e institucionais na URSS acumulados levaram às reformas (perestroika e glasnost), no entanto não obtiveram sucesso e seu desaparecimento levou ao fim dos governos socialistas no Leste Europeu (os partidos comunistas desses países foram afastados do poder e foram convocadas eleições gerais partidárias) e à reunificação das duas Alemanhas (já que a Alemanha havia sido separada pelos principais vencedores da Segunda Guerra). Assim sendo, com o desmembramento da União Soviética, os Estados Unidos surgiram como a grande potência mundial.

Com este marco, do colapso do socialismo no Leste Europeu e na ex- União Soviética, assistiu-se à formação de uma nova ordem internacional multipolarizada, que apresentou três importantes pólos econômicos: o norte-americano, o europeu e o japonês. Hobsbawn (1995, pg. 555) dá margem à seguinte reflexão: “Qual seria a natureza e o âmbito das autoridades responsáveis pelas decisões – supranacionais, nacionais, subnacionais e globais, sozinhas ou combinadas? Qual seria a relação delas com as pessoas sobre quem se tomam as decisões?”.

##### **4.2. Fim do Século e a Busca pela Reorganização do Estado**

No fim do século, os Estados-Nação, de forma geral, se achavam na defensiva contra uma economia mundial que não podiam controlar, contra as instituições que construíram para remediar

suas próprias fraquezas internacionais, como a União Européia; contra sua aparente incapacidade fiscal de manter os serviços para os seus cidadãos, tão confiantemente empreendidos algumas décadas atrás; contra sua incapacidade real de manter o que, pelos seus próprios critérios era sua maior função: A manutenção da Lei e da ordem públicas.

O fato mesmo de, na era de sua ascensão, o Estado ter assumido e centralizado tantas funções, e estabelecido para si mesmo tão ambiciosos padrões de ordem e controle públicos, tornaram sua incapacidade de mantê-los.

Indaga-se Hobsbawn a respeito da restauração das autoridades públicas como forma de enfrentar as animosidades sociais, faz alusão ao Bem – Estar social, e encaixa o Estado da seguinte forma (1995, p 555):

Quem, a não ser a autoridade pública, iria e poderia assegurar um mínimo de renda e bem-estar social para todos? Quem poderia contrabalançar as tendências às desigualdades tão impressionantemente visíveis nas décadas de crise? A julgar pela experiência das décadas de 1970 e 1980 não seria o mercado [...] Distribuição social, e não crescimento, dominaria a política do novo milênio. A alocação não mercantil de recursos, ou pelo menos uma implacável limitação da alocação de mercado, era essencial para desviar a crise ecológica iminente. De uma forma ou de outra o destino da humanidade no novo milênio iria depender da restauração das autoridades públicas.

A respeito do dilema democrático o autor Hobsbawn (1995, p.556):

O dilema democrático era mais agudo agora, tanto porque a opinião pública acompanhada por pesquisas e ampliada pelos onipresentes meios de comunicação, era agora constantemente inevitável, quanto porque as autoridades públicas tinham de tomar muito mais decisões para as quais a opinião pública não constituía nenhum tipo de guia. Muitas vezes tinham de ser decisões que podiam muito bem enfrentar a oposição da maioria do eleitorado [...] solaparam o consenso político e as verdades geralmente aceitas em questões intelectuais, sobretudo em campos sobre influência na política.

O poder dos representantes neste momento histórico deveria estar pautado na consciência de que só o poder ilimitado (absolutismo) não poderia suplantar as vantagens da autoridade, pois para uma legitimidade democrática era necessário um censo público de legitimidade e apoio popular ativo. A política tinha que levar em conta o que a maioria dos cidadãos queria, ou seja, refletir os desejos populares, daí a discussão sobre a representatividade, se parlamentar ou por sufrágio universal.

Bobbio (2000) chega a afirmar, inclusive, que o primado do público adquiriu diversas formas de representação através dos quais se manifestou, em especial no século XX, tendo o Estado adquirido importância justamente como uma reação à concepção liberal e que configurou, ainda que não de maneira definitiva, numa derrota histórica do Estado Mínimo. O primado do público se funda, justamente, em contraposição do interesse coletivo ao interesse individual. E essas transformações que ocorrem no contexto do Estado de Bem-Estar social passam a ser sentidas com a preocupação com a igualdade que, aos poucos, vai ganhando maior conotação, em que o coletivo passa a ter predominância ao individual, pois, uma das características do Estado Social é o de que toda a coletividade, deve ter acesso a uma série de serviços, em que o Estado seja o garantidor desde fornecimento. O Estado, que passa ser cada vez mais crucial na indução do crescimento econômico e no fornecimento de condições mínimas de educação, saúde e assistência social. Adquire-se, assim, uma forma de representação que é distinta daquela verificada no liberalismo do século XIX,

em que podemos ver a instalação do Estado Social como uma reação à forma de Estado liberal trazidas pelas industrializações e urbanização ocorridas no Século XIX (Rodrigues, 2000).

Segundo Dalmo Dallari (1995, p. 158) "Um dos principais motivos de crise do Estado contemporâneo é que o homem do século XX está preso a concepções do século XVIII, quanto à organização e aos objetivos de um Estado Democrático". Continua Dallari (1995, p. 179):

Tanto uma estrutura capitalista quanto uma socialista podem ser democráticas ou totalitárias, o mesmo acontecendo quando o poder é concentrado ou formalmente dividido, quando o governo é parlamentar ou presidencial, monárquico ou republicano. [...] Para que um Estado seja democrático precisa atender à concepção dos valores fundamentais de certo povo numa época determinada. Como essas concepções são extremamente variáveis de povo para povo, de época para época, é evidente que o Estado deve ser flexível, para se adaptar às exigências de cada circunstância. Isso já demonstra que, embora a idéia de Estado Democrático seja universal quanto aos elementos substanciais, não é possível a fixação de uma forma de democracia válida para todos os tempos e todos os lugares.

Ainda segundo o autor, a solução encontrada para a reestruturação dos Estados seria a efetiva concretização de um Estado Democrático, afirma Dallari (1995, p. 162):

Aí estão os pressupostos fundamentais do Estado Democrático possível. Dotando-se o Estado de uma organização flexível, que assegure a permanente supremacia da vontade popular, buscando-se a preservação da igualdade de possibilidades, com liberdade, a democracia deixa de ser um ideal utópico para se converter na expressão concreta de uma ordem social justa.

## 5. O Policentrismo na Economia Globalizada

Com a crise do Estado Social, e com o advento do neoliberalismo, ganha força o discurso com a crise do Estado Social, e com o advento do neoliberalismo, ganha força o discurso de reformas pró-mercado, que muitos identificam como práticas neoliberais, pois, ao transferir para o mercado diversos setores antes controlados pelo Estado, busca-se, na aceção dos que advogam essa liberalização, um aumento da eficiência destes mercados e uma recuperação fiscal destes governos. Essa ideia é interessante para fazermos a relação, vista em sala, e na leitura dos textos indicados, em como a linguagem opera papel crucial na mudança de orientação de como o Estado irá se portar, estabelecendo novos paradigmas de atuação em relação à coletividade. De fato, pelo que a História constatou nesse momento, com as dificuldades econômicas que levaram a déficits e aumento da dívida dos Estados, e com a década "perdida" de 1980 e a crise do bloco comunista, o Estado deixa de ser visto, pela sua comunidade e pela sua própria atuação, como "resposta" para os males sociais. Volta-se, portanto, o discurso do liberalismo, como mais uma forma de representação daquele passado de outrora, derivado da preocupação de reformar o Estado e prepará-lo para as novas intermitências que começavam a despontar no começo da década de 1990. A este novo cenário, o Estado passa a delegar mais funções à iniciativa privada - de certa maneira deixando esse setor ser o executor para a regulação da atividade econômica. Embora isso seja fato já bem discutido, é importante vermos a questão de como o discurso de antes, de outros tempos, volta com força em momentos de crise, inclusive como essa que estamos assistindo neste momento. Se a década de 1990 viu o Estado regulador, no Brasil, emergir, acompanhando o trabalho destes novos operadores privados, assiste-se uma retomada, no caso brasileiro, do papel do Estado na década de 2000 como indutor de políticas sociais.

Fato é que, embora saibamos que a crise do Estado Social, tenha repercutido em diversas nações, retrocedendo nosso estudo no tempo e ampliando o espaço, podemos perceber que, há décadas, as relações interculturais que condicionam a atuação do Estado na sociedade são marcadas pela lógica da dominação entre uma cultura mais forte em determinados aspectos por outra mais dependente ou fraca. Não obstante, como Bobbio (2000) demonstra essa relação de dominação/influência é complexa e exige detalhamento que talvez não caiba para essa discussão. Na realidade, o que podemos depreender é que uma relação de hierarquia só pode ser concebida por meio de um elemento e não do todo, de todos os fenômenos culturais de uma dada sociedade. Uma análise que leve em comparação elementos objetivos destacados do todo, com critérios específicos e pré-determinados tais como o nível de alfabetização, poder bélicos, e outros, deve ser entendida apenas como parcial, dadas as distinções contextuais, sociais, culturais, econômicas, por exemplo, de uma nação para outra, que não podem ser objetivadas. As diversas culturas políticas - ou não apenas culturas políticas - devem ser consideradas partindo de igualdade de importância, em valor. As culturas políticas são distintas, não sendo possível a afirmação que sejam melhores ou piores.

Diante do policentrismo que hoje caracteriza a economia globalizada, Faria (1997) revela que o direito positivo e suas instituições perdem uma parte significativa de sua jurisdição, pois, como foram concebidos para atuar dentro de limites territoriais precisos, com base nos instrumentos de violência monopolizados pelo Estado. Assim, "seu alcance ou seu universo tende a diminuir na mesma proporção em que as barreiras geográficas vão sendo superadas pela expansão da microeletrônica, da informática, das telecomunicações e dos transportes" (Faria, 1997, p. 20). De acordo com Faria (1997) quanto maior é a velocidade desse processo, mais os espaços intraestatais vão sendo polarizados por formas inoficiais ou não-oficiais de resolução dos conflitos, ao passo que a globalização econômica vem substituindo a política pelo mercado como instância privilegiada de regulação social.

Ainda de acordo com Faria (1997), por tornar os capitais financeiros muitas vezes imunes a fiscalizações governamentais, fragmentar as atividades produtivas em distintas nações, regiões e continentes e reduzir as sociedades a meros conjuntos de grupos e mercados unidos em rede, a transnacionalização dos mercados vem esvaziando parte dos instrumentos de controle dos atores nacionais e gerando novas formas de poder, autônomas, desterritorializadas, e debilitou o caráter essencial da soberania, pondo em xeque a centralidade e a exclusividade das estruturas jurídico-políticas do Estado-nação.

Nesse entendimento, a reorganização do Estado deve ser caracterizada pela implementação de um padrão que possibilite a democratização de suas estruturas, de modo que procedam à realização de políticas estatais voltadas para promover o aprofundamento da cidadania e suas funções essenciais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A História do Século XX foi marcada pelos entraves entre as soberanias estatais, a princípio com os Estados-Nação agrupando-se em favor de seus interesses particulares e ao mesmo tempo

comuns. Após isso, com o abalo em suas soberanias internas e externas, de forma claramente visível neste século, a bipolaridade e posteriormente a multipolaridade do mundo, a iminência de uma Guerra Mundial irremediável pelo avanço tecnológico e científico, demonstraram a crise que enfrentou a autonomia dos Estados no Século que há pouco se encerrou. Pontos marcantes do Século em tese foram o avanço devastador do Capitalismo, a queda do Socialismo Real, a necessidade de recorrer a os órgãos mundiais de empréstimo e reestruturação, bem como as guerras civis e religiosas.

Os anos 90 representam o período histórico de inter cruzamento de duas eras econômicas, a do pós-guerra, marcada pelo planejamento estatal e intervenção governamental e patamares mínimos de igualdade, e a era da economia globalizada, pautada na retomada dos fluxos privados de acumulação de capital, desregulação dos mercados, financeirização do capital, extinção dos monopólios estatais, privatização de empresas públicas, desterritorialização da produção e por uma nova divisão social do trabalho (Faria, 2004). Valoriza-se a ideia de mercadoria, em vez de comunidade, alteridade e vontade coletiva. A ideia de comunidade, por sua vez, foi substituída por redes de comunicação. Saindo de premissas de colaboração para as de competição, controle de informação e controle de bens em que decisões técnicas vão tomando lugar das decisões políticas, esvaziando os debates legislativos e diminuindo a importância dos partidos, configurando a degradação do estado tradicional para uma organização descentralizada e horizontalizada, com repasse de parte de suas funções para a iniciativa privada.

A incidência das pressões e tensões que indicam a crise da territorialidade é inseparável das transformações, conflitos e crises internas de cada Estado. As dívidas geradas sob o século considerado como o mais violento da história, e os mais diversos fatores, culturais e econômicos, sobretudo, que deixaram ainda mais distante o pensamento Aristotélico de que o Estado é a associação mais elevada de todas as formas de associação e que tem em vista o bem comum.

Além do descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. A causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu foi de fato a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas das quais era encarregado, em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra, em perpetuar a Era de Ouro.

Ao imaginar-se a reorganização do Estado hoje, crê-se que não deva ocorrer de forma diferente daquela pautada no Estado Democrático de Direito, seja qual for a forma de governo, o sistema ou a representação. Pois para o ideal do Estado como soberania popular, calcado na democracia, na cidadania, urge que o cidadão volte a ser o centro de influência nos processos decisórios. Deve proceder-se a retomada dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais.

Assim, a reestruturação estatal supõe maior capacidade do estado para articulações entre as escalas, maior presença do Estado nas estratégias de governança e impugnação das formas e implementação dos regimes internacionais.

## REFERÊNCIAS

- Bobbio, Norberto (2000). O conceito de Política. In Teoria geral da política. Ed. Campus, Rio de Janeiro.
- Behring, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. Política Social (2006). Fundamentos e História. Cortez, São Paulo.
- Dallari, Dalmo (1995). Elementos de Teoria Geral do Estado. 19 ed, Saraiva, São Paulo.
- Faria, José Eduardo (1997). Direitos humanos e globalização econômica: notas para uma discussão, Estudos Avançados, São Paulo.
- Faria, José Eduardo (2004). O direito na economia globalizada. 1 ed. 4. tiragem. Malheiros, São Paulo.
- Hobsbawn, Eric (1995). A Era dos Extremos – o breve século XX 1914-1991. Companhia das Letras, São Paulo.
- Hunt, E. K. (1981). História do pensamento econômico. Campus Elsevier, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, Helenice (2000). A história como representação do passado. In CARDOSO, Ciro F. & Malerba, J. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Papirus, Campinas.
- Mirador Internacional Enciclopédia (1987). 8 V Encyclopaedia Britannica do Brasil, São Paulo.
- Sader, Emir (2000). Século XX, uma biografia não-autorizada, o século do imperialismo, São Paulo.